

Importância da Formação Pedagógica de Professores do Ensino Superior

O Ensino Superior em Portugal sofreu nas últimas décadas mudanças exponenciais. É, atualmente, um ensino mais prático, mais tecnológico, com um número crescente de alunos, sendo estes cada vez mais heterogéneos - vêm de todos os cantos do mundo, são socioculturalmente diferentes e têm metodologias de aprendizagem diversificadas. Terá esta alteração de perfil do aluno no Ensino Superior sido acompanhada de uma mudança no perfil dos docentes e das práticas pedagógicas?

O contexto do Ensino Superior atualmente deve implicar que os professores, além da vertente científica, trabalhem cada vez mais a vertente pedagógica da sua profissão organizada nos processos de aprendizagem. É o próprio Estatuto da Carreira Docente Universitária que refere por diversas vezes a importância dos docentes apresentarem “competências Científicas [e] Pedagógicas”, todavia deixa ao critério das IES a fórmula que utiliza para ponderar estas competências. Assim, parece existir ainda uma incapacidade de conjugar a Ciência com a Educação, no sentido em que nem sempre o docente que demonstra maior competência científica e domínio dos conteúdos é capaz de os transmitir adequadamente. No entanto, continua a ser dada maior primazia, por parte das IES, à carreira dos docentes, nomeadamente na investigação e no número de artigos que

publicam, face ao seu desempenho na sala de aula. Esta maior valorização da componente científica é bastante evidente quando olhamos, por exemplo, para os editais dos concursos de colocação de professores, onde não é infrequente vermos as capacidades pedagógicas com ponderações abaixo dos 30%. Para além disso, observamos que os critérios que entram para este parâmetro das capacidades pedagógicas não valorizam de forma direta os professores que realizaram formações na área da pedagogia.

Esta problemática é ainda mais evidente quando falamos de professores catedráticos, que representam o patamar mais elevado da carreira de docente universitário. Citando o Estatuto da Carreira Docente Universitária, “ao professor catedrático são atribuídas funções de coordenação da orientação pedagógica e científica de uma disciplina, de um grupo de disciplinas ou de um departamento”. Porém, reforçando a tomada de posição da FAL na sua Moção Global, “os editais dos concursos atribuem, generalizadamente, uma ponderação de, pelo menos, 50% à investigação desenvolvida, em detrimento da relevância conferida à docência”. Esta realidade parece pouco coerente, dadas as funções que os professores catedráticos vão desempenhar no âmbito da oferta formativa e na definição da mesma, para os quais a capacidade pedagógica é, indubitavelmente, fundamental.”

Como podemos ver, na Tabela 1, existem IES cuja ponderação das capacidades pedagógicas é realmente baixa, nomeadamente na

contratação de professores auxiliares o critério pode ser tão baixo quanto 5%.

Professor Catedrático	
Critério	Intervalo de variação do Fator de Ponderação
Mérito Científico (MC)	P _{MC} : 50 % a 65 %
Mérito Pedagógico (MP)	P _{MP} : 25 % a 40 %
Mérito de Outras Atividades (MOAR)	P _{MOAR} : 5 % a 15 %
Mérito do Projeto de Desenvolvimento Científico e Pedagógico (MPDCP)	P _{MPDCP} : 5 % a 10 %
Professor Associado	
Critério	Intervalo de variação do Fator de Ponderação
Mérito Científico (MC)	P _{MC} : 45 % a 60 %
Mérito Pedagógico (MP)	P _{MP} : 25 % a 40 %
Mérito de Outras Atividades (MOAR)	P _{MOAR} : 5 % a 15 %
Mérito Pedagógico e Científico do Relatório (MPCR)	P _{MPCR} : 5 % a 15 %
Mérito do Projeto de Desenvolvimento Científico e Pedagógico (MPDCP)	P _{MPDCP} : 5 % a 10 %
Professor Auxiliar	
Critério	Intervalo de variação do Fator de Ponderação
Mérito Científico (MC)	P _{MC} : 60 % a 80 %
Mérito Pedagógico (MP)	P _{MP} : 5 % a 30 %
Mérito de Outras Atividades (MOAR)	P _{MOAR} = 5 %
Mérito Pedagógico e Científico do Relatório (MPCR)	P _{MPCR} : 5 % a 15 %

Artigo 12.º

Apreciação do *curriculum vitae*

1 — Na apreciação do *curriculum vitae*, serão considerados, para além dos resultados das avaliações de desempenho, os seguintes indicadores:

a) Na vertente do desempenho científico, desenvolvimento e inovação:

- A publicação de artigos e livros científicos;
- A coordenação e participação em projetos de investigação;
- A direção de unidades de investigação;
- As comunicações apresentadas em congressos e colóquios científicos;
- A participação em órgãos de revistas científicas e em júris de prémios científicos;
- A participação em comissões, organizações ou redes de carácter científico;
- Os prémios e distinções.

b) Na vertente da capacidade pedagógica:

- Unidades curriculares coordenadas e lecionadas, tendo em consideração a diversidade (matérias e ciclos de estudos), a prática pedagógica e o número de estudantes;
- A publicação de lições e outro material pedagógico;
- As orientações de teses;
- As participações ativas em júris de provas académicas e de concursos das carreiras docente e de investigação;
- Os prémios e distinções.

c) Na vertente de extensão, nomeadamente a prestação de serviços à comunidade, as patentes registadas, *spin-offs* criadas, atividades de divulgação científica, ações de formação;

d) Na vertente de gestão académica, nomeadamente os cargos exercidos em órgãos da Universidade e da Unidade Orgânica, coordenação de departamentos, de secções e de cursos, outros cargos e tarefas temporárias.

Deste modo, conclui-se que é necessário desenvolver as capacidades pedagógicas dos docentes e mudar a própria mentalidade das IES, atribuindo maior importância às capacidades pedagógicas dos professores.

Tendo em conta que a avaliação das práticas pedagógicas pode revelar-se subjetiva, a formação pedagógica certificada dos professores poderá ser um possível critério objetivo a adicionar aos critérios vigentes. Além disso, as formações nesta área podem constituir uma solução para auxiliar os docentes a dar resposta às

novas exigências do Ensino Superior e uma ferramenta para melhorar a qualidade formativa do ensino.

Já existem formações que abordam várias vertentes relacionadas com a pedagogia, no entanto não têm um carácter obrigatório, muitas vezes não estão estruturadas da forma mais atraente e útil para os docentes e algumas vezes tratam temas muito gerais. Com efeito, devem ser momentos de reflexão e de partilha de experiências entre os docentes e momentos de capacitação sobre algumas plataformas ou métodos de aprendizagem, sendo o mais direccionado possível para a área que os professores participantes lecionam. Depreende-se que as formações sejam organizadas pelas próprias IES para que sejam dirigidas aos seus problemas e adaptadas a cada área de ensino e às especificidades da realidade dos docentes.

Frisar que as formações devem ter um carácter obrigatório, pelo menos um nível mínimo (definido por horas de formação mínimo ou por “temas obrigatórios”), que depois possa despertar o interesse dos docentes por aprender de forma autónoma e facultativa sobre estes temas da pedagogia. “A formação pedagógica poderia começar por uma exigência institucional e, à medida que os docentes perceberem que o conhecimento pedagógico é importante e útil, que os auxilia, e facilita o ensino dos conteúdos científicos aos alunos, vão sentindo a necessidade de refletir cada vez mais sobre sua

prática e começam a procurar, voluntariamente, o processo de formação pedagógica”- *Behrens, M. A., & Junges, K. dos S. (2018). Formação pedagógica na docência universitária: o que pensam professores pesquisadores portugueses.*

Além destas formações, existem outros momentos de debate e partilha de ideias sobre pedagogia que devem ser cada vez mais divulgados entre os docentes. Um exemplo é o Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior cujo número de docentes inscritos e de trabalhos apresentados tem sido crescente. Estes números mostram que há interesse por parte dos professores em abordar estas temáticas, pelo que devem continuar a ser incentivados a fazê-lo. Mais ainda, deve ser do interesse da comunidade estudantil participar nestes eventos, já que os estudantes serão os principais alvos de qualquer proposta discutida. Desta forma, será pertinente que estes sejam convidados a assistir e participar, nomeadamente através das associações representativas dos mesmos.

É também importante criar bibliografia sobre esta temática, bem como, recolher dados estatísticos que indiquem qual a adesão dos docentes às formações e qual o *feedback* que têm sobre estas, para assim se criarem métodos de formação mais eficazes. A escassez de bibliografia sobre a Pedagogia no Ensino Superior em Portugal é um problema real demonstrado num recenseamento de publicações científicas em Portugal sobre os professores e a

pedagogia, realizado em 2012, que deu conta da existência de apenas 20 publicações, sendo apenas três destas sobre o desenvolvimento profissional pedagógico.

Posto isto, vem a Federação Académica de Lisboa propor:

1. Realização de um estudo que averigue a proporção de docentes do ensino superior com formações na área da Pedagogia e que correlacione as avaliações de professores com e sem formação pedagógica.
2. Realização de um estudo para o estabelecimento de teto mínimo para ponderação das capacidades pedagógicas nos concursos de colocação de docentes, que seja adaptado à realidade de cada IES.
3. Criação de certificação de formações pedagógicas, devidamente regulamentada, que possa constituir um critério objetivo a considerar para a avaliação de docentes.
4. Criação de departamentos de Educação em todas as IES, responsáveis por desenvolver Formações para os Docentes, bem como, ter uma equipa de apoio à docência disponível para auxiliar os professores que implementem novas práticas de ensino (exemplo: apoio informático).

5. Deve passar a fazer parte dos critérios pedagógicos de avaliação de professores e dos critérios de avaliação de candidaturas a concursos da Carreira Docente Universitária a realização de formações pedagógicas certificadas.
6. Criação de uma formação pedagógica básica obrigatória, reforçada para novos docentes e no início de cada ano letivo sem descurar a sua renovação periódica, desenvolvida por cada IES, na área da educação específica dos docentes. Esta formação deve ter um número limitado de horas, não impactando negativamente na adesão dos docentes e incentivando a posterior formação contínua voluntária dos docentes.
7. Criação de incentivos, nomeadamente redução da carga horária ou prioridade na escolha de horários, para professores que se encontrem a realizar formações certificadas ou que estejam envolvidos em trabalhos na área da pedagogia.
8. Divulgação eficaz de congressos na área da Pedagogia entre a comunidade estudantil, dando oportunidade de intervenção nos temas em debate.

Destinatários: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES); Grupos Parlamentares; Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES); Instituições de Ensino Superior (IES); Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior (CNaPPES)

Bibliografia:

1. Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro. Diário da República n.º 262/1979 - Série I. Ministério da Educação. Lisboa.

<https://www.unl.pt/ensino/nova-forma>

2. NOVA Forma | Universidade NOVA de Lisboa. (2016, November 30). Universidade NOVA de Lisboa;

<https://www.ulisboa.pt/info/formacao-pedagogica-para-docents>

3. Formação Pedagógica para Docentes. (2015, February 10). Formação Pedagógica Para Docentes | ULisboa;

<http://www.ie.ulisboa.pt/events/a-importancia-formacao-pedagogica-professores-ensino-superior>

4. A importância da formação pedagógica dos Professores do Ensino Superior - Instituto de Educação. (2021, May 10). Instituto de Educação; www.ie.ulisboa.pt.

<http://www.ie.ulisboa.pt/ensino/cursos-pos-graduados-especializacao/pedagogia-ensino-superior>

5. Pedagogia do Ensino Superior - Instituto de Educação. (n.d.). Instituto de Educação; www.ie.ulisboa.pt. Retrieved April 24, 2022, from

<http://www.ie.ulisboa.pt/ensino/cursos-pos-graduados-especializacao/pedagogia-ensino-superior>

6. Despacho n.º 5172/2019 de 24 de maio. Diário da República Despacho n.º 5172/2019 - II Série. Ministério da Educação. Lisboa

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12938/1/Forma%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20de%20professores%20ES.pdf>

7. VIEIRA, Ilídia; TRIGO, Luísa; MATIAS ALVES, José - Formação pedagógica de professores do ensino superior percurso de um modelo em (re)construção. In Congresso IberoAmericano de Docência Universitária, VII, Porto, Portugal, 24-27 Junho, 2012

<https://impactum-journals.uc.pt/article/download>

8. Marques, J., & Pinto, P. R. (2014). Formação Pedagógica de Professores do Ensino Superior – A Experiência na Universidade Nova de Lisboa. Revista Portuguesa De Pedagogia, (46-2), pp. 129-149.
https://doi.org/10.14195/1647-8614_46-2_7

<https://inovacaopedagogica.up.pt/42-2/formacao/>

9. Formação – UPorto | Inovação Pedagógica. (n.d.). Formação – UPorto | Inovação Pedagógica; inovacaopedagogica.up.pt. Retrieved April 24, 2022, from

https://www.researchgate.net/publication/324513581_Formacao_pedagogica_na_docencia_universitaria_o_que_pensam_professores_pesquisadores_portugueses

10. Behrens, M. A., & Junges, K. dos S. (2018). Formação pedagógica na docência universitária: o que pensam professores pesquisadores portugueses. Revista Diálogo Educacional, 18(56), 186–208.

<https://doi.org/10.7213/1981-416X.18.056.A001>